

STJ00115162

# UMA FILTRAGEM CONSTITUCIONAL NO CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS E AFINS

HENRIQUE GASPAR MELLO DE MENDONÇA



**DIALÉTICA**  
EDITORA

**PENA**

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.*



**DIALÉTICA**  
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

[www.editoradialetica.com](http://www.editoradialetica.com)

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2022 by Henrique Gaspar Mello de Mendonça.

## EQUIPE EDITORIAL

### Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

### Designer Responsável

Daniela Malacco

### Produtora Editorial

Kariny Martins

### Controle de Qualidade

Marina Itano

### Capa

Mariana Silva de Oliveira

### Diagramação

Mariana Silva de Oliveira

### Preparação de Texto

Lucas Ben

Anna Moraes

José Rômulo Moreira Júnior

### Revisão

Responsabilidade do autor

### Assistentes Editoriais

Jean Farias

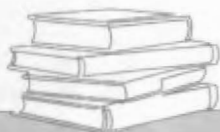
Larissa Teixeira

Ludmila Vieira

Thaynara Rezende

### Estagiária

Lais Silva Cordeiro



1227406

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M539f Mendonça, Henrique Gaspar Mello de.

Uma filtragem constitucional no crime de falsificação de medicamentos e afins / Henrique Gaspar Mello de Mendonça. – São Paulo : Editora Dialética, 2022.

248 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-252-5393-0

1. Falsificação de Medicamentos. 2. Direito Penal. 3. Saúde Pública.

I. Título.

CDD 345

CDU 345

# SUMÁRIO

<b>1</b>	INTRODUÇÃO	17
<b>2</b>	DA PROBLEMATIZAÇÃO	21
	2.1 A RAZÃO DO AGRAVAMENTO DO PRECEITO SECUNDÁRIO DO ART. 273 DO CP PELA LEI Nº 9.677 DE 02.07.1998	21
	2.2 A TEXTURA NORMATIVA DO ART. 273 DO CP ANTES E APÓS A MODIFICAÇÃO PELA LEI Nº 9.677/1998 E DA LEGISLAÇÃO DA ANVISA	26
	2.3 A FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNDIAL E BRASILEIRO	34
	2.4 A SITUAÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PRECEITO SECUNDÁRIO DO ART. 273, §1º-B, DO CP	50
	2.5 A COMPARAÇÃO INTERNA E ALIENÍGENA DE PENAS DE OUTROS DELITOS COM A REPRIMENDA DO ART. 273, §1º-B, DO CP	72
<b>3</b>	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL	83
	3.1 OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, COMO VETORES INTERPRETATIVOS NA COIBIÇÃO DE EXCESSOS DO PODER ESTATAL	85
	3.1.1 A DIFERENCIAÇÃO TÉCNICA ENTRE O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	85
	3.2 O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE DIRECIONADO AO PRECEITO SECUNDÁRIO DO ART. 273, §1º-B, DO CP	93

	3.3	A PENA EM ABSTRATO DO ART. 273, §1º-B, DO CP SOB O PRISMA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE MATERIAL	102
4		A PENA E O DIREITO PENAL SIMBÓLICO	117
5		O PRINCÍPIO DA LESIVIDADE OU OFENSIVIDADE E OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO	123
6		A POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NOS PRECEITOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS DOS TIPOS PENAIS POR MEIO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	133
	6.1	O EVOLUCIONISMO DA HERMENÊUTICA E O PODER CRIATIVO DO JUIZ	134
	6.2	O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E O ATIVISMO JUDICIAL	147
	6.3	A COMBINAÇÃO DE LEIS, AS TÉCNICAS INTERPRETATIVAS E DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	160
	6.4	DECISÕES MANIPULATIVAS OU INTERMEDIÁRIA EM SEDE DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	179
7		POSSÍVEIS DECISÕES DO JUDICIÁRIO ANTE A INCONSTITUCIONALIDADE DO §1º-B DO ART. 273 DO CP	189
	7.1	INCONSTITUCIONALIDADE INTEGRAL DO ART. 273, §1º-B, DO CP	190
	7.2	INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 273, §1º-B, DO CP COM EFEITO REPRISTINATÓRIO	192
	7.3	INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO ART. 273, §1º-B, DO CP	194
8		CONCLUSÕES	199
		REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS	209
		REFERÊNCIAS LEGISLACIONAIS	223
		REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	227